

PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 18/12/2006



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADA: Associação Catarinense de Ensino – ACE		UF: SC
ASSUNTO: Recurso contra decisão do Parecer CNE/CES nº 69/2005, que trata da renovação de reconhecimento do curso de Direito, bacharelado, ministrado pela Faculdade de Direito de Joinville, com sede na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina.		
RELATOR: Antônio Carlos Caruso Ronca		
PROCESSOS N.ºs: 23001.000004/2006-87 e 23001.000085/2005-34		
PARECER CNE/CP N.º: 11/2006	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 19/9/2006

I – RELATÓRIO

A Associação Catarinense de Ensino – ACE solicitou ao Ministério da Educação, em 25 de janeiro de 2002, por meio do Processo nº 23000.000265/2002-83 (Registro SAPIEnS nº real000214), a renovação de reconhecimento do curso de Direito, bacharelado, ministrado pela Faculdade de Direito de Joinville, com sede na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

A visita de verificação da Comissão indicada pelo INEP ocorreu no período de 10 a 12 de setembro de 2002 e, no relatório, a Comissão se manifesta favoravelmente à renovação do reconhecimento do curso de Direito, tendo atribuído o conceito “CR” à dimensão Corpo Docente e o conceito “CB” às dimensões Organização Didático-Pedagógica e Instalações.

Inicialmente, o referido processo foi distribuído ao conselheiro Alex Bolonha Fiúza de Mello que, em 24/2/2005, apresentou o seguinte voto, o qual foi aprovado pela Câmara de Educação Superior:

Favorável à renovação de reconhecimento, unicamente para fins de expedição e registro de diplomas dos alunos concluintes até o segundo semestre do ano de 2005, do curso de Direito, bacharelado, ministrado pela Faculdade de Direito de Joinville – FDJ, com sede na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, instalada na Rua São José, nº 490, mantida pela Associação Catarinense de Ensino – ACE, sediada na mesma cidade e Estado. Afirmando ainda o adendo de que, até que não sejam sanadas as pendências indicadas no relatório, o Curso deverá interromper seus processos de seleção e acesso.

A IES apresentou recurso ao Conselho Pleno, por intermédio do Processo nº 23001.000085/2005-34, que me foi sorteado na reunião do mês de maio de 2005.

Considerando as diferenças entre o relatório da Comissão de Verificação e o que foi apontado no recurso da Interessada em sua defesa e, ainda, que a simples leitura dos documentos juntados aos autos não permitia a verificação do alegado pela IES, baixei o processo em diligência, em 28/9/2005, solicitando a realização de nova visita à Instituição no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

A Comissão nomeada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, constituída pelas professoras Inês Cabral Ururahy de Souza e Suzana

Marai Ferreira, realizou a visita no período de 19 a 21 de dezembro de 2005 e o Relatório da Comissão encerrado em 23/2/2006 foi recebido no CNE em 14/3/2006.

Transcrevo abaixo partes significativas do relatório da avaliação:

Em diligência (nova visita “in loco”) na Faculdade de Direito de Joinville-SC, nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 2005, por determinação do Conselho Nacional de Educação-MEC contida no Processo nº 23001.000085/2005-34, tendo como Relator Dr. Antônio Carlos Caruso Ronca, as avaliadoras Ad hoc Professoras Dras. Inês Cabral Ururahy de Souza e Suzana Maria da Glória Ferreira, relatam o que se segue:

1 – AS MELHORIAS OCORRERAM E EM QUE NÍVEL?

As melhorias do curso de Direito, após a visita de 2002, ocorreram de forma visível em todos os sentidos e segmentos. A primeira e a mais importante, pelos reflexos sentidos, foi a contratação de um Coordenador, Professor Ms Alexandre Luiz Bernardi Rossi, com vasta experiência acadêmica, que possibilitou que fossem concretizadas as alterações necessárias ao bom desenvolvimento do Projeto Pedagógico. Este (PP), passou a ser discutido no colegiado com professores e alunos, com atualização e adaptação nos programas das disciplinas da Matriz Curricular. Em razão dessa mudança, implantou-se uma política institucional de atualização do acervo da Biblioteca, com aquisições regulares nos anos de 2003, 2004 e 2005.

No Projeto Pedagógico (já discutido e atualizado às novas realidades) existe uma sintonia entre os objetivos regimentais e os objetivos do curso (gerais e específicos), podendo-se comprovar tal fato através do objetivo geral do curso ‘formar profissionais na área da ciência jurídica, capazes para o enfrentamento dos desafios de uma sociedade plural, dinâmica e desigual’ inclusive estes objetivos fecham o perfil do discente quando estão registrados na missão da Faculdade de Direito de Joinville, os valores de humanismo, ética e responsabilidade, não esquecendo, entretanto, de ir ao encontro ‘das necessidades estabelecidas pelo perfil socioeconômico da cidade e região’, podendo-se afirmar que seu curso está vocacionado para a linha do Direito Empresarial, segundo a descrição textual do próprio Projeto Pedagógico, sendo remodelado dentro de suas linhas mestras, existindo oficinas, palestras e outras Atividades Complementares descritas em cronograma apresentado a esta comissão.

Com relação à Estrutura Física do prédio que abriga a Faculdade de Direito e a biblioteca, as adaptações necessárias foram realizadas a contento. As salas de aulas foram todas climatizadas e instalou-se dois elevadores, um no prédio do curso, dando acesso a todos os pavimentos e aos banheiros e, o outro, na Biblioteca Central, possibilitando aos portadores de necessidades especiais, sua total interação ao ambiente. É preciso ressaltar que a partir da avaliação anterior, a Mantenedora passou a investir e desenvolver projetos voltados aos portadores de necessidades especiais, em todas as Faculdades mantidas por ela, voltados à comunidade acadêmica e local.

A mantenedora disponibiliza, por intermédio do Centro Pedagógico de Reabilitação de Joinville, apoio psico-pedagógico aos discentes e à comunidade.

O Coordenador do Curso, após sua contratação, ou seja, após a visita anterior, promoveu Seminários e Semanas de Sensibilização ao docente, como forma de apoiá-lo didática e metodologicamente.

(...)

2 - FORAM FEITAS APENAS MUDANÇAS PONTUAIS OU CUIDOU-SE DE IMPLANTAR NOVAS POLÍTICAS NA IES?

Foram feitas mudanças estruturais em todo o curso de Direito. A coordenação, trabalhando com a Matriz Curricular existente, buscou implantar uma nova dinâmica em atendimento aos objetivos estabelecidos no Projeto Pedagógico.

Reformularam-se as Atividades Complementares, ampliando o número de ofertas, utilizando-se de novas técnicas metodológicas, como oficinas, seminários dirigidos, etc. Implantou-se o Núcleo de Trabalho de Curso, com uma supervisora para acompanhamento. No Núcleo de Prática Jurídica, que já havia recebido elogios da visita anterior, a Coordenação instalou a sala de autos findos, com acompanhamento docente, para leitura e elaboração de relatórios pelos discentes e firmou parceria com a Câmara Arbitral de Joinville para o desenvolvimento de atividades reais e simuladas de arbitragem.

A mantenedora passou a investir na formação dos professores, com ajuda de custo para o curso de Mestrado e Doutorado, bem como para participação em eventos, com pagamentos de estadas, viagem e abono das faltas. O número de professores titulados subiu de 4 para 12.

Aumentou o número de professores no curso em Tempo Parcial e Integral, totalizando 10 (dez), quando da visita anterior, eram apenas 3 (três).

Finalmente cabe ressaltar que a Ordem dos Advogados do Brasil, através do presidente estadual, Dr. José Geraldo Ramos Virmond, em 25 de janeiro de 2005, recomendou o curso de Direito da Faculdade de Direito de Joinville, com os seguintes dizeres: “pela tradição e o elevado conceito da faculdade de direito de Joinville, bem como por sua atividade por todos estes anos, nos autoriza recomendar ao Ministério da Educação a renovação de seu reconhecimento, sem qualquer restrição, para que possa continuar a prestar seus excelentes serviços educacionais”.

3 – HOUVE POLÍTICAS PARA ATUALIZAÇÃO DO ACERVO OU APENAS COMPRAS PONTUAIS?

Houve a implantação de uma política institucional para atualização do acervo, da seguinte forma: a) ficou decidido pelo Colegiado do Curso que, no início do ano letivo, após a atualização dos programas de cada disciplina, o corpo docente encaminha à Coordenação a relação dos livros que serão adquiridos pela mantenedora; b) bimestralmente, nas reuniões de Departamentos, os responsáveis apresentam listagem de novos livros indicados pelos professores para serem encaminhadas ao Coordenador do Curso para as devidas aquisições e c) indicação pelo corpo discente através de formulário próprio. Foram apresentadas xérox das notas fiscais das aquisições que ocorreram de forma freqüente e institucionalizada, a partir da visita da comissão de avaliadores em 2002, ou seja em 2003, 2004 e 2005.

Houve, por outro lado, uma preocupação da Instituição em manter o acervo sempre atualizado. Fizeram a assinatura de três jornais de grande circulação no Estado (Gazeta Mercantil, Diário Catarinense e A Notícia) e de revistas de interesse geral (Veja, Superinteressante, etc.).

Instalou-se elevador exclusivo no bloco da biblioteca, objetivando atender os portadores de necessidades especiais, a todos os pavimentos.

PARA UMA VISUALIZAÇÃO DAS MELHORIAS E ALTERAÇÕES, PASSAMOS A PONTUAR TODOS OS ITENS REAVALIADOS, POR DIMENSÃO:

DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO – Ficam relatadas as seguintes observações, em que alguns conceitos foram alterados, após a apresentação dos referidos documentos:

- a Coordenação do Curso foi assumida pelo prof. Alexandre Luiz Bernardi Rossi, mestre em Direito, com mandato a partir de 2003, quando então começou a elaborar alterações no Projeto Pedagógico do curso, com a participação do corpo docente;

(...)

- quanto às atividades de arbitragem, houve várias alterações acadêmicas que resultaram em conseqüências positivas para todo o corpo discente, existindo sala especial com programação devidamente registrada, mantendo uma parceria com a Câmara de Arbitragem de Joinville. Foi elaborada uma Cartilha para ser entregue aos alunos, com palestras na programação denominada “Quinta às Seis” culminando com “Simulações de Arbitragem” em conjunto – alunos, professores e Câmara Arbitral;

- nesta visita, verificamos a existência de autos findos arquivados em sala especial, com elaboração de relatórios (170) pelos alunos e, docente disponibilizado para tal atividade;

- quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso, observamos estar sob a responsabilidade de uma supervisora, prof^{ra}. Beatriz Marina Eger, existindo uma regulamentação e organograma e metodologia próprios;

- a respeito das Atividades Complementares, existe uma carga horária de 180 horas com registro em documentação própria, havendo no curso uma carga horária total de 4.104 h/a registrando a necessidade de ampliação da carga das atividades complementares. Após 2003, foram ampliadas as ofertas de atividades, com oferecimento de várias oficinas (Aprendendo a Aprender, Redação e Argumentação Jurídica, Oratória, Comunicação, Leitura, Cine Clube, Leituras Cruzadas, Quinta às Seis, Curso de Férias, Seminário Jurídico e oficinas interdisciplinares);

- para o curso de Direito, no processo democrático, é importante ressaltar a existência do Diretório Acadêmico ‘Guilherme Guimbala’ que funcionou a partir de 2005 tendo suas atividades registradas em ata própria;

- pelo exposto, acreditamos justificadas as alterações realizadas nos conceitos atribuídos a este campo de análise, registrando a importância da 1ª visita “in loco” e as providências realizadas pela IES.

DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE

Atualmente o curso de Direito tem 38 professores, com a seguinte formação: 1 doutor; 11 mestres; 20 especialistas e os demais graduados. Na avaliação anterior, havia somente quatro mestres.

Resumo da Titulação do Corpo Docente

<i>Titulação do Corpo Docente</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
<i>1. Graduação</i>	<i>7</i>	<i>18,42</i>
<i>2. Especialista</i>	<i>20</i>	<i>52,63</i>
<i>3. Mestre</i>	<i>11</i>	<i>28,95</i>

4. Doutor	1	0,00
Totalização	38	100,0

Resumo dos Docentes em Processo de Formação

<i>Em curso</i>	<i>Total</i>
1. Especializando	0
2. Mestrando	1
3. Doutorando	1
Totalização	2

Com relação ao regime de trabalho, dos 38 professores existentes no curso, 10 trabalham em regime de tempo parcial ou integral. Na avaliação anterior, apenas três professores trabalhavam em regime integral.

(...)

Com relação ao apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural, a instituição está investindo no lançamento da primeira revista do curso de Direito, denominada “Monumenta” para publicação de trabalhos do corpo docente, sendo que o material selecionado encontra-se com a Juruá Editora, conforme comprovação apresentada.

O Coordenador do Curso promove, no início do ano, uma Semana de Sensibilização do Docente, objetivando sua melhoria didático-pedagógica. Após a avaliação anterior, os docentes que queiram participar de eventos conta com o apoio (custeio e abono de faltas) da instituição, devendo demonstrar a importância do evento para a disciplina ministrada; com a instalação da CPA passou a existir um sistema permanente de avaliação dos docentes; foram apresentados à nova comissão os comprovantes de pagamentos dos cursos de mestrado e de doutorado pagos pela IES aos professores interessados.

DIMENSÃO 3 – INSTALAÇÕES

ESPAÇO FÍSICO

Houve melhoria substancial no espaço físico, com a instalação de elevadores e a climatização de todas as salas de aulas.

As instalações para docentes foram adequadas para melhor comodidade, com instalação de computadores, mesa para reuniões e gabinete de trabalho para o coordenador do curso.

Com a instalação de elevadores, tornou-se mais viável o acesso aos banheiros que ficam nos andares abaixo e em outros blocos.

Foram instalados e estão em pleno funcionamento dois elevadores para atender os portadores de necessidades especiais, sendo um deles para atender o bloco onde funciona o curso de Direito e outro para atender exclusivamente o bloco da biblioteca.

Foram disponibilizados equipamentos de informática para os docentes, instalados suportes fixos para instalação de datashow, retrós, entre outros equipamentos.

A rede de comunicação científica foi aperfeiçoada.

BIBLIOTECA

As instalações para o acervo foram adequadas e ampliadas para as novas aquisições;

O acervo com relação aos livros e aos periódicos foram aumentados e atualizados, com uma nova política de aquisição aprovados pelos órgãos colegiados, com aquisições no início de cada ano letivo, bem como apresentação pelos professores aos chefes de departamento, de uma listagem de livros importantes para o curso, para que os alunos façam sugestões para aquisição. A Coordenação do Curso apresentou notas fiscais das aquisições regulares que ocorreram após a visita da comissão em 2002, ou seja, em 2003, 2004 e 2005. Conta atualmente com os seguintes números: Livros: 18.282 títulos e 24.804 exemplares; Periódicos: 50 nacionais e 1 estrangeiro; Vídeos: 87; CD Roms: 107.

A biblioteca passou a contar com três jornais de grande circulação (Gazeta Mercantil, Diário Catarinense e A Notícia) e várias revistas gerais, que não existiam quando da visita anterior. Funciona em três períodos, com revezamento de funcionários e conta com as normas da ABNT e outros livros de metodologia para ajudar na orientação dos trabalhos de curso. Ainda não tem base de dados.

Para complementar as informações e garantir análise rigorosa, por meio de despacho interlocutório foi solicitado à IES informações a respeito da relação entre jornada de trabalho e titulação. Apresentamos abaixo os dados fornecidos pela instituição.

Síntese da Titulação do Corpo Docente com regime de trabalho.
(Atualizada em 1º/9/2006)

Titulação	Jornada de Trabalho						Docentes	
	Horista	%	Parcial 20h	%	Integral 40h	%	Total	%
Graduado	6	15,8	0		1	2,6	7	18,4
Especialista	13	34,2	3	7,9	4	10,6	20	52,7
Mestre	9	23,6	0		1	2,6	10	26,3
Doutor	1	2,6	0		0	0	1	2,6
TOTAL	29	76,3%	3	7,9%	6	15,8%	38	100%

Obs.: Três Especialistas cursando mestrado
Um Graduado cursando especialização.
% em relação ao número total de docentes.

O relatório produzido pela Comissão de Avaliação demonstra que de junho de 2002 (quando foi feita a visita anterior) até dezembro de 2005 (última visita) houve sensível melhora em pontos essenciais do curso. Devo ressaltar os aspectos referentes ao corpo docente, projeto pedagógico e biblioteca.

A discrepância entre o relatório do INEP e o da Comissão de Verificação proposto pela Diligência constitui erro de fato que autoriza a revisão do Parecer CNE/CES nº 69/2005.

II – VOTO DO RELATOR

Considerando que a direção da IES cumpriu as recomendações da Comissão de Avaliação, dou provimento ao recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 69/2005 e voto favoravelmente à renovação do reconhecimento do curso de Direito, bacharelado, ministrado pela Faculdade de Direito de Joinville, no Estado de Santa Catarina, instalada na

Rua São José, nº 490, mantida pela Associação Catarinense de Ensino – ACE, sediada na mesma cidade e Estado, até a data de publicação da portaria ministerial relativa à renovação de reconhecimento decorrente da avaliação institucional externa referida na Portaria MEC nº 2.413/2005.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2006.

Conselheiro Antônio Carlos Caruso Ronca – Relator

III – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova por unanimidade o voto do Relator.
Plenário, em 19 de setembro de 2006.

Conselheiro Edson de Oliveira Nunes – Presidente